

UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA TRABALHAR A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

Fernanda Mara Freire de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
fmar_freire@yahoo.com.br

Susimeire Vivien Rosotti de Andrade
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
susivivien@hotmail.com

Resumo:

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em 2012, que foi desenvolvida na disciplina de Monografia do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual do Oeste do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Matemática. A presente pesquisa tem por objetivo investigar como acontece a inclusão de alunos surdos nas escolas de Foz do Iguaçu e se os professores de Matemática receberam alguma formação sobre educação de surdos, durante sua graduação ou na sua trajetória profissional. Esta investigação tem caráter qualitativo e para coleta de dados foi selecionado um grupo de oito professores da rede estadual de ensino do município de Foz do Iguaçu que trabalham com a inclusão de alunos surdos. Para coleta de dados utilizou-se de questionário. Os professores participantes da pesquisa foram questionados sobre as práticas pedagógicas usadas em sala de aula para trabalhar os conteúdos de matemática com alunos surdos e ouvintes e as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem da Matemática. Com este trabalho pretendemos contribuir para o desenvolvimento da educação de surdos e mostrar a necessidade de mais pesquisas na educação matemática para atuar na inclusão de alunos surdos.

Palavras-chave: Formação de professores; Inclusão de surdos; Educação Matemática.

1. Introdução

Através da disciplina de LIBRAS – Língua de Sinais Brasileira, do Curso de Licenciatura em Matemática na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, os acadêmicos, futuros professores, conhecem um pouco da história, cultura e educação dos surdos, além da importância de sua língua e luta para garantir os seus direitos como cidadãos. Durante as aulas são feitas algumas reflexões sobre as dificuldades que o surdo enfrenta para ser incluído na sociedade, apesar das discussões existentes sobre a importância da inclusão e que esta, em geral, não está preparada para fazer a inclusão de surdos e de Pessoas com Deficiência – PcD.

Ao refletir sobre esse assunto, alguns questionamentos sobre a aprendizagem do aluno surdo em uma escola regular nos inquietaram. E algumas questões se tornaram pertinentes: será que os professores, em específico os de Matemática, estão preparados para atuar em salas de aula com alunos surdos? Qual formação esses professores receberam que os preparou para trabalhar a inclusão de alunos surdos?

A busca por respostas a estas perguntas foi à motivação para iniciar esta pesquisa. Pretendemos fazer uma reflexão sobre a formação dos professores de Matemática e suas práticas pedagógicas para trabalhar com alunos surdos. Tendo como fundamentação teórica Freitas (2006), Sasaki (1997) e Skliar (1997), que destacam uma preocupação com a formação dos professores para atuarem nas escolas inclusivas.

Nesse sentido, para a realização da pesquisa, foi selecionado um grupo de oito professores de Matemática que atuam nas escolas públicas da cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, com inclusão de alunos surdos. Especificamente, no Colégio Estadual Barão do Rio Branco e no Colégio Estadual Bartolomeu Mitre. Para coletar os dados foi proposto um questionário que investigava as contribuições da graduação e da sua trajetória profissional para a formação sobre educação de surdos e quais são os procedimentos utilizados para ensinar os conteúdos matemáticos em sala de aula a estes alunos. Esses questionamentos nortearão a discussão sobre as metodologias de ensino da Matemática em salas onde há inclusão de alunos surdos. O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da UNIOESTE e tanto os diretores das escolas como os professores que responderam aos questionários assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) formalizando a sua participação na pesquisa.

2. Inclusão social e educação

Nas últimas décadas tem se discutido muito sobre a inclusão social e esta tem sido uma das diretrizes das políticas públicas, pois uma das problemáticas sociais em questão é a condição social de carência, dificuldade de acesso, discriminação e segregação em decorrência de alguma deficiência ou condição especial. A Educação Inclusiva surge como uma solução para diminuir a exclusão educacional e social. Documentos como a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) trazem propostas sobre a inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) que nortearam as discussões e as diretrizes para as reformas na educação inclusiva em muitos países no mundo.

O princípio fundamental da escola inclusiva é definido na Declaração de Salamanca (1994):

[...] todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (UNESCO, 1994, p.5)

Pretende-se com esse novo ideal de educação assegurar o direito à educação para todos os cidadãos independente de sua condição física e social. Com base neste princípio, o movimento pela inclusão surge como uma possibilidade de combater a exclusão e, ao mesmo tempo, atender as particularidades educacionais dos grupos com necessidades educacionais especiais. “O termo necessidades educacionais especiais, refere-se à todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem”, conforme citado na Declaração de Salamanca (1994, p. 3).

No Brasil, a Lei Federal Nº 7853 (BRASIL, 1989), estabelece as normas para garantir aos PcD seus direitos básicos, inclusive o acesso à educação. Também a Constituição Federal (BRASIL, 1988) Art. 208, inciso III garante o atendimento educacional especializado aos PcD, na rede regular de ensino, Novaes (2010). Assim, torna-se obrigatório o atendimento aos alunos PcD na rede regular de ensino.

Em relação à educação de surdos a Declaração de Salamanca reconhece a importância da Língua de Sinais como meio de comunicação com os surdos e a necessidade da sua educação acontecer em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares.

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. (UNESCO, 1994, p.7)

Para as crianças surdas não é adequado que estejam totalmente imersas dentro da língua oral, em decorrência do seu déficit auditivo, causado por obstáculos fisiológicos.

Para os surdos a língua oral não é sua língua natural, embora esta seja a primeira, na maioria dos casos, e muitas vezes a única que lhes é oferecida. Historicamente, os esforços realizados para que as crianças surdas se desenvolvam linguisticamente através da língua oral são limitados e trazem uma defasagem na aprendizagem dos surdos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, nos artigos 58 a 60 estabelece como deve se dar a educação especial.

A educação especial é definida como uma modalidade escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais, dando ao aluno ou ao responsável legal a possibilidade de optar pela rede regular ou pelo modelo especial. Isto é reforçado no artigo 58, parágrafo 2º da LDB:

O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL,1996)

Como observamos no texto da LDB a oferta de educação especial é um dever constitucional do Estado. Portanto, é obrigação do Estado oferecer a opção de educação especial para os surdos.

O grande desafio para a educação inclusiva é a formação dos professores para atuarem nas escolas regulares. Esta formação deve possibilitar aos professores atender as mais diversas diferenças, entre elas, pessoas com deficiências, conhecer sobre características, necessidades e procedimentos pedagógicos para as diferentes áreas de deficiência. Na Lei de LIBRAS, nº 10436, 2002, no artigo 23, o parágrafo 1º afirma a necessidade de se proporcionar aos professores o acesso à literatura e às informações sobre as especificidades linguísticas dos alunos surdos. Além disso, neste mesmo artigo é garantido ao aluno surdo o direito ao intérprete de Libras:

As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação (BRASIL, 2002, Art.:23).

É importante ressaltar que para os alunos surdos terem um bom desempenho escolar não basta somente a presença do intérprete em sala de aula, é também necessário que os professores, os funcionários da escola e os alunos ouvintes tenham conhecimento da

cultura surda e de sua língua para que possa haver comunicação e integração entre os alunos surdos incluídos e os demais alunos, professores e funcionários da escola.

Segundo Freitas (2006), o princípio fundamental da escola inclusiva é que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos – independente de suas dificuldades ou talentos, deficiências, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, nas quais todas as necessidades são satisfeitas. Para isso, a escola, os professores, os funcionários e a sociedade devem ter um novo olhar para si mesmos, para os outros e para a educação de uma forma geral. Assim para haver inclusão de todas as pessoas e igualdade de condições, a sociedade precisa ser modificada e entender que ela é que precisa estar preparada para atender as necessidades de todos os cidadãos.

Incluir e garantir uma educação de qualidade para todos é, hoje, o fator mais importante na redefinição dos currículos escolares, desafiando a coragem das escolas em assumir um sistema educacional “especial” para todos os alunos. É nesse contexto que as atuais políticas públicas de educação se inserem. (Freitas, 2006. p.168)

A consideração da autora permite refletir sobre a inclusão do aluno surdo nas escolas regulares. Deparamo-nos com a necessidade de repensar a formação do professor e suas práticas pedagógicas atuais, visto que, a educação inclusiva tem como objetivo favorecer igualdade de oportunidade a todos os alunos.

Conforme Sasaki (1997), as práticas pedagógicas na educação de alunos surdos e pessoas com deficiência ainda sofrem influências do pensamento de que eles têm dificuldades em aprender em decorrência de suas limitações orgânicas. Dessa forma, a escola deixa de cumprir seu papel de escola inclusiva e passa a ser segregacionista, tornando o ambiente escolar inadequado para a aprendizagem desses alunos que já trazem consigo o sentimento da exclusão.

3. Problematização e metodologia da pesquisa

A inclusão de surdos é referendada na LDB como um direito. No entanto, a mesma lei não esclarece como ocorrerá a formação continuada dos professores que estão atuando para realizar um trabalho que favoreça a inclusão.

Neste sentido, a pergunta que surgiu no estudo que deu base para a escrita deste artigo foi:

Sendo a inclusão de alunos surdos em escolas regulares uma obrigatoriedade legal, que formação os professores, em específico os de Matemática, têm em relação à inclusão de alunos surdos?

Entendemos que é de suma importância investigar sobre a formação que os professores, que atuam com os alunos surdos, têm em relação à inclusão, pois esta interfere no processo de aprendizagem destes alunos. Para isto, a pesquisa foi realizada com os professores da disciplina de Matemática que atuam na rede pública de ensino da cidade de Foz do Iguaçu com a inclusão de alunos surdos. Especificamente com os colégios Barão do Rio Branco e Bartolomeu Mitre. A escolha desses colégios se dá por concentrarem um maior número de alunos surdos incluídos.

O questionário aplicado aborda questões atinentes à metodologia usada pelos professores em salas que há inclusão de alunos surdos, as dificuldades em ensinar os conteúdos de matemática, as dificuldades de aprendizagem desses alunos e se durante sua formação acadêmica e no decorrer da sua carreira os professores receberam formação que pudesse contribuir para seu trabalho com alunos surdos. Para identificação dos questionários usamos letras do alfabeto em maiúsculo – A, B, C, D, E, F, G e H.

4. Resultados da Pesquisa

O primeiro questionamento feito aos professores refere-se ao tempo de experiência em trabalhar com a inclusão de alunos surdos. Observamos que dos oito professores, participantes da pesquisa, seis trabalham com alunos surdos incluídos a menos de 5 anos e somente dois professores trabalham a mais de 10 anos. Pode-se concluir que estes dois professores começaram a trabalhar com inclusão de alunos surdos quando se iniciou o processo de inclusão na cidade de Foz do Iguaçu.

O segundo questionamento se refere às metodologias utilizadas para trabalhar com os alunos surdos. Quatro professores consideram que não há diferença na metodologia aplicada nas aulas de Matemática em que há alunos surdos. Porém, esses mesmos professores, relatam que têm a preocupação em falar devagar, explorar o visual demonstrando o quê está explicando oralmente no quadro e alguns usam giz colorido para enfatizar o quê é mais importante. Mas também relatam:

“Não há diferença, a metodologia é a mesma, a aula é visual, tudo deve ser explicado no quadro negro, e contando muito com o auxílio do professor intérprete”. (PROFESSOR E)

“Ocorre normalmente. A única diferença na metodologia de ensino, destas salas para as turmas sem alunos surdos é que procuro explicar mais compassadamente e olhando para eles e, não esquecendo também de deixar espaço de tempo para que a intérprete possa explicar o conteúdo para eles”. (PROFESSOR F)

“Elas são direcionadas para a intérprete. Quando tenho certeza que o intérprete entendeu bem o conteúdo, vejo imediatamente resultados satisfatórios nos alunos. Com isso a sala ganha como um todo. Percebo melhor aprendizagem nas salas com alunos surdos”. (PROFESSOR G)

Identifica-se também nas respostas a dependência da presença do intérprete em sala de aula. Estes consideram o intérprete como responsável pela aprendizagem do aluno surdo.

Os professores, ao serem questionados sobre as dificuldades dos alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem da matemática, relatam que, em geral, são as mesmas que os ouvintes. No entanto, destacam:

“[...] E ainda na interpretação dos exercícios, é difícil fazer com que elas pensem, sem que tenhamos que dar o caminho. [...] A minha principal dificuldade é o meu limite de comunicação. [...] Falta domínio da tabuada (isso atrasa as operações). E também a abstração faz falta no processo de aprendizagem”. (PROFESSOR C)

“É difícil aluno surdo acompanhar o intérprete e o professor na lousa ao mesmo tempo, [...] É que eu não sei a linguagem dos sinais para mim fica mais difícil. [...] Compreender a linguagem e a simbologia matemática ao mesmo tempo”. (PROFESSOR D)

“A contextualização de conteúdos matemáticos, e o desenvolvimento das atividades em grupo ou de monitoria, pois os alunos surdos não interagem ou trocam conhecimentos com os alunos ouvintes, esta interação é muito difícil, pois os alunos ouvintes não dominam a linguagem de sinais”. (PROFESSOR E)

“O professor não dominar a linguagem dos surdos – Libras. O intérprete não gostar da disciplina e/ou não ser apaixonado pelo que faz. Isso faz toda a diferença. [...] Falta-lhe o letramento, ou seja, o entendimento das quatro operações, da tabuada, da linguagem matemática, resolução de problemas. A grande dificuldade é traduzir o que está posto algebricamente para a sua linguagem”. (PROFESSOR G)

Analisando as respostas dos professores pode-se destacar que estes entendem que os alunos surdos apresentam dificuldades de aprendizagem em decorrência da dificuldade na comunicação professor – aluno. Isso porque de acordo com os professores C, D, F e G não sabem LIBRAS. Outro fator a ser destacado é a interferência do intérprete, pois se estes não gostarem de matemática ou tiverem dificuldades também interfere na aprendizagem dos alunos. Segundo Quadros (2004):

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas. Há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula. Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. (QUADROS, 2004, p.60)

Vale dizer ainda que os participantes da pesquisa destacaram que a matemática básica e a interpretação dos enunciados de problemas matemáticos são destacados como causas das dificuldades dos alunos surdos, bem como realizar atividades em grupo.

[...] quando os sujeitos surdos estão em comunhão entre eles, e quando compartilham suas metas dentro da associação de surdos, federações, igrejas e outros locais, dá o sentido de estarem em comunidade surda. (STROBEL, 2009, p. 37)

Quando questionados sobre a formação recebida para trabalharem com os alunos surdos observamos que, somente um dos professores teve em sua graduação momentos de discussões sobre o assunto e estes ocorreram nas disciplinas de Didática e Estágio com o foco de como atuar com os alunos surdos, os demais participantes destacaram que não fizeram nenhum estudo sobre a inclusão dos alunos surdos durante a graduação. E no decorrer de sua carreira profissional seis professores relatam que não tiveram propostas de cursos sobre o assunto. Quando ocorreram eram em horários inadequados à sua carga horária.

No entanto, os professores enfatizam que procuram pesquisar algumas informações sobre o assunto e conversam com os intérpretes que muitas vezes os auxiliam no preparo das aulas. Segundo Freitas:

[...] o professor, diante da reflexão na e sobre a ação em sala de aula, refaz sua prática, demonstra uma significativa competência a escola inclusiva, pois a reflexão é o elemento desencadeador para um trabalho eficaz no ambiente de sala de aula, mediante o qual o professor promove experiências em que os alunos demonstram-se participativos e ativos. (FREITAS, 2006, p. 175)

A última questão do questionário visava entender as concepções dos professores sobre as modificações que deveriam ocorrer para melhorar aprendizagem dos alunos

surdos. As sugestões dos professores para termos uma maior qualidade na aprendizagem dos alunos surdos inclusos são em sua maioria referentes à formação dos professores.

Os professores sugerem que na graduação em Licenciatura em Matemática, a disciplina de LIBRAS, realizasse uma abordagem sobre a história dos surdos e da sua educação, e também discutisse sobre a importância da Língua de Sinais e apresentasse a escrita dos surdos, destacasse o ensino dos sinais específicos de matemática. Entendem também que deveria ocorrer uma aproximação dos acadêmicos com a APASFI – Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu e, a disciplina de Didática, priorizasse as aulas visuais.

Ainda destacam a importância de favorecer uma formação aos professores que já atuam nas escolas, sendo ofertados cursos de LIBRAS e cursos específicos de matemática para ensinar aos alunos surdos. Apontam que propostas de formação com estas características poderiam ser ofertados no início do ano na semana pedagógica.

Os professores verificam que na semana pedagógica deveria ser um momento de interação dos professores com os intérpretes e que estes profissionais fossem mantidos durante todo ano letivo. Dessa forma, não deveria ocorrer mudança de intérprete, pois é necessária uma interação entre os professores da sala, os alunos surdos, intérpretes e ouvintes.

5. Considerações Finais

A história dos surdos é marcada pela discriminação. Durante muitos anos os surdos foram considerados doentes e retardados. A falta de conhecimento sobre a surdez levou a sociedade a buscar métodos para fazer os surdos falarem e assim poderem conviver com a maioria ouvinte. A cultura surda bem como a sua língua foram rejeitadas por aqueles que não aceitavam as diferenças, que buscavam a homogeneidade da humanidade, excluindo aqueles que de alguma forma lhes traziam constrangimento ou desconforto. A desinformação sobre a surdez trouxe muita dor e sofrimento aos surdos e suas famílias.

Os defensores da Língua de Sinais e os defensores do Oralismo estavam sempre em conflito, cada grupo defendendo o seu método. Após o Congresso de Milão em 1880, inicia-se para os surdos a “Era das Trevas”, pois sua língua natural e a sua cultura foram oprimidas, e isso durou muitos anos. Foram anos de muito sofrimento, mas os surdos nunca desistiram. Eles se encontravam em associações e clubes onde poderiam conversar em Língua de Sinais compartilhando suas alegrias, tristezas e conhecimentos. Dessa forma,

a comunidade surda se fortaleceu e muitos surdos conseguiram se desenvolver profissionalmente e conquistar seu lugar na sociedade, muito embora ainda existisse preconceito.

Por todas essas questões nos preocupamos com a formação dos professores que precisam atuar em escolas inclusivas. Em nossa pesquisa observamos as dificuldades que os alunos surdos e os professores têm no processo de ensino e aprendizagem da matemática. Pela falta de conhecimento de LIBRAS os professores apresentam uma forte dependência dos intérpretes, e a maioria desses professores deixam com esses profissionais a responsabilidade da aprendizagem dos alunos surdos, uma vez que se o intérprete não gosta de matemática ou não entendeu o conteúdo, dificilmente o aluno surdo entenderá.

Quando os professores participantes da pesquisa também relatam sobre as dificuldades dos alunos na interpretação dos problemas e na abstração dos conceitos matemáticos. Pode-se considerar que isso ocorre pela relação com a língua usada pelos professores que é diferente da língua natural dos surdos.

A falta de interação entre os alunos surdos e ouvintes também compromete o desenvolvimentos dos alunos surdos, isso ocorre por dificuldades na comunicação já que os alunos ouvintes não sabem LIBRAS. Os surdos acabam não participando das brincadeiras e das atividades em grupo, isso dificulta a construção da identidade dessa criança ou adolescente surdo e pode trazer transtornos para seu amadurecimento e conhecimento da cultura surda, pois seu referencial passa a ser os ouvintes já que na escola inclusiva a maioria é ouvinte.

Nesta perspectiva, apesar da inclusão educacional em Foz do Iguaçu ter iniciado a mais de 10 anos, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que se consiga uma inclusão verdadeira visto que, é imprescindível, preparar os professores para atuar com alunos surdos e ouvintes em sala de aula, ministrar curso de LIBRAS para funcionários, professores e alunos ouvintes. Dessa forma, devem ocorrer discussões no ambiente escolar que trabalhem questões relacionadas ao respeito pelas diferenças, a importância da Língua de Sinais para os surdos e conhecimento sobre a cultura surda.

A inclusão de alunos surdos deve ser um assunto de conhecimento e entendimento de todos na escola e na sociedade. Pois para que a inclusão dos surdos aconteça de fato não são eles que devem se adaptar à sociedade, mas é ela que deve se preparar para atender as suas necessidades.

Esperamos com este trabalho contribuir para as reflexões sobre a formação de professores de matemática para trabalhar com a inclusão de alunos surdos e despertar o

interesse por novas pesquisas nessa área, visto que é uma área com poucos trabalhos realizados. Há uma carência no conhecimento de sinais específicos de matemática em LIBRAS e também de atividades lúdicas e jogos que contribuam adequadamente à educação de alunos surdos.

6. Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Senado, 1998. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 04/07/2012.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Luiz Inácio Lula da Silva, 2005. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm > Acesso em: 03/07/2012.

BRASIL. **Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília: José Sarney, 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm >. Acesso em: 03/07/2012.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Fernando Henrique Cardoso, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> >. Acesso em: 04/07/2012.

BRASIL. **Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Paulo Renato Souza, 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm >. Acesso em: 03/07/2012.

FREITAS, Soraia N. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 161-181.

NOVAES, Edmarcus C. **Surdos: educação, direito e cidadania**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2010.

PARANÁ. Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. **Lei n.º 2055 de 19 de dezembro de 1996**. Reconhece oficialmente, no município de Foz do Iguaçu, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais - Libras. Foz do Iguaçu: Dobrandino Gustavo da Silva, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm >

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SKILAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKILAR, Carlos. (Org.). **Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 75-110.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 02/07/2012.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todo**. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 02/07/2012.